

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Música, Filosofia e Educação 2

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro

(Organizadora)

Música, Filosofia e Educação 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M987 Música, filosofia e educação 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Música, Filosofia e Educação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-105-3

DOI 10.22533/at.ed.053190502

1. Música – Filosofia e estética. 2. Música – Instrução e estudo.
I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 780.77

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A natureza e o valor da Educação Musical são determinados pela natureza e valor da música. Com base nesta premissa inicial, Reimer estabelece argumentos para afirmar a necessidade de uma filosofia para educação musical: A qualidade da compreensão sobre uma atividade profissional está relacionada ao impacto na sociedade que esta profissão pode obter. Assim, a educação musical só deixaria a “periferia da cultura humana” quando houvesse maior entendimento profissional do valor da educação musical. Para Liane Hentschke, a música não está no rol das “disciplinas sérias” por causa “uso que se tem feito dessa área de conhecimento e da atividade profissional decorrente dela” (Hentschke, Del Ben, 2003, p. 117). Para modificar este panorama, é preciso uma tomada de consciência dos profissionais que estão atuando no campo da pedagogia musical. Reimer entende que o profissional consciente do valor de sua profissão, mais que um elo na comunidade pedagógica, é alguém que tem a visão modificada a respeito da natureza e do valor de sua vida pessoal (1970, p. 4); As bases para a valorização da educação musical exigem a configuração de uma filosofia. No entanto, seus efeitos serão mais produtivos se essa filosofia estiver em desenvolvimento durante a formação do educador musical. Segundo Cláudia Bellochio, as pesquisas sobre educação musical no Brasil poucas vezes são referência para o ensino de música nas escolas, o que constituiria “um hiato entre a produção de pesquisas e a apropriação de seus resultados no contexto da escolarização” (2003, p. 129). Assim, a ausência de uma articulação entre ensino e pesquisa em nossas universidades reforça a necessidade de uma filosofia de educação musical, que seria capaz de conciliar os diversos saberes mobilizados e que estariam conjugados nas ações e reflexões da prática docente; A música é uma disciplina do conhecimento que também constitui caminho para se entender a realidade. Reimer (1970, p. 9) afirma que o aluno que entende a natureza real da música pode partilhar as visões da realidade que a música oferece. O problema nessa questão é o contraste entre o ensino da disciplina e a prática da mesma fora da escola. Enquanto em suas atividades extra-escolares o aluno se conecta com uma vasta gama de opções musicais e trafega por diversos contextos culturais (internet, TV, espaços públicos), na escola ele costuma ter contato com expressões musicais que pouco ou nada tem a ver com sua realidade sonora. Sobre o último ponto, vale esclarecer que não se trata de celebrar acriticamente o conhecimento musical que o estudante traz consigo, prática esta que, em geral, redundaria em uma reprodução destituída de aprofundamento contextual e analítico em relação às canções ou hits da mídia de massa. Por outro lado, a introdução da gramática da música (a teoria) desvinculada do fazer musical espontâneo resulta em uma prática inócua e sem sentido para o aluno. Se as visões concernentes a uma educação musical na contemporaneidade observam os novos contextos estabelecidos na sociedade, concebendo estruturas que constroem uma rede de relações a partir do conhecimento e da experiência do sujeito (Fonterrada, p. 175-6), ainda há nas escolas

um vazio entre o que é ensinado e o que é compreendido e praticado pelo aluno. Em relação a esse tópico, Bennett Reimer argumenta que uma alternativa para a fundamentação filosófica da educação musical é a abordagem estética da música. O autor assinala que a educação musical deve ter entendimento da natureza e do valor estéticos da música, a fim de realmente tornar-se educação musical. Porém, como veremos a seguir, essa opção por uma educação estética encontra oposição e contra-argumentação nos estudos de outros pesquisadores da educação musical.

No artigo PRINCESA ISABEL: GÊNERO E PODER NO IMPÉRIO E MÚSICA, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Karla Cristina Vicentini de Araujo, Carina Dantas de Oliveira, Viviane Oliveira Augusto, Gabriella Rossetti Ferreira e Paulo Rennes Marçal Ribeiro, aprofundar conhecimentos sobre as relações de gênero, música e poder no império, verificando a vida da Princesa Isabel. Será utilizado um recorte da história do Brasil, do poder atribuído a Princesa Isabel, e questões particulares, da vida privada e conflitos de gênero vivenciados. No artigo EXPERIMENTALISMO E MÚSICA CONCRETA NO JAPÃO PÓS-GUERRA: RELIEF STATIQUE (1955) E VOCALISM AI (1956) DE TORU TAKEMITSU, o autor **Luiz Fernando Valente Roveran** busca uma visão endêmica do conceito de música concreta que emerge na década de 1950 em Tóquio. No ARTIGO FAARTES VIRTUAL: UM MODELO DE AMBIENTE VIRTUAL PARA O ENSINO DE ARTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MAZONAS, o AUTOR Jackson Colares da Silva busca descrever um modelo de Universidade Virtual adaptado ao contexto amazônico. **No artigo FEEDBACK EM MUSICOTERAPIA GRUPAL, os autores, Marcus Vinícius Alves Galvão, Claudia Regina de Oliveira Zanini,** buscam estudar, resultado de um projeto vinculado ao Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC).

NO ARTIGO FORMAÇÃO HUMANA: uma breve análise de paradigmas formativos na História da Humanidade e suas implicações ao Filosofar e à educação, as autoras **Letícia Maria Passos Corrêa e Neiva Afonso Oliveira,** disserta sobre o papel do Ensino de Filosofia e sua conexão com os processos relativos à formação humana na direção da compreensão de que nascemos humanos, mas precisamos continuar a sê-lo. No artigo **GOETHE E A EDUCAÇÃO: PRINCÍPIOS FORMAÇÃO A PARTIR DA OBRA OS ANOS DE APRENDIZADO DE WILHELM MEISTER,** Márcio Luís Marangon busca analisar a obra Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister, de Goethe. representa uma síntese da dissertação “Guitarra Baiana: uma proposta metodológica para o ensino instrumental” (VARGAS, 2015) **GUITARRA BAIANA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO INSTRUMENTAL, Alexandre Siles Vargas** Busca trazer a síntese da dissertação “Guitarra Baiana: uma proposta metodológica para o ensino instrumental” realizada durante nosso Mestrado em Música na subárea na subárea Educação Musical do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia. **No artigo IDEIAS DE H. J. KOELLREUTTER PARA EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL E SUA POSIÇÃO QUANTO AO PAPEL DA**

ESCUTA, os autores, **Patrícia Lakchmi Leite Mertzig Gonçalves de Oliveira, André Luiz Correia Gonçalves de Oliveira** apresenta aspectos da influência de Hans Joachim Koellreutter na prática musical e pedagógica no Brasil. No artigo **INTERATIVIDADE E MÚSICA NO VIDEOGAME: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS TÉCNICAS DE COMPOSIÇÃO PARA ÁUDIO DINÂMICO EMPREGADAS NA TRILHA MUSICAL DE JOURNEY (2012)**, o autor **Luiz Fernando Valente Roveran** busca estudar duas técnicas de composição para videogames aplicadas por Austin Wintory à música de Journey (2012). No artigo **JORNADA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO MUSICAL: REFLETINDO SOBRE AS APRENDIZAGENS GERADAS NA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS** as autoras, **Natália Búrigo Severino, Mariana Barbosa Ament**, busca analisar os Estudos em Educação Musical (JEEM) é um evento destinado ao compartilhar de concepções, ideias e práticas de processos educativos em música. No artigo **LUIZ BONFÁ: uma breve trajetória, parcerias e apontamentos do estilo**, o autor **Tiago de Souza Mayer**, o trabalho consiste em traçar uma breve trajetória do violonista e compositor Luiz Floriano Bonfá, de modo a destacar parcerias relevantes e realizar apontamentos sobre seu estilo no violão. Para a fundamentação buscamos referências em Bourdieu (2006), Giovanni Levi (2006) François Dosse (2009). No artigo **MIGRANTES EM BOA VISTA: SUBJETIVIDADE DA MUSICALIDADE GAÚCHA PRESENTE NAS MANIFESTAÇÕES JUNINAS BOAVISTENSE**, autor **Marcos Vinícius Ferreira da Silva e Leila Adriana Baptaglin**, buscou compreender de que maneira a subjetividade da musicalidade gaúcha contribuiu para as múltiplas identidades da musicalidade boavistense. No artigo **a MÚSICA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: EM FOCO AS RELAÇÕES COM O MEIO** da autora **Silvia Cordeiro Nassif**, objetivo trazer as contribuições da psicologia histórico-cultural para a educação musical. No artigo **MUSICALIZAÇÃO NA MATURIDADE: INCLUSÃO DE IDOSOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO MUSICAL POR MEIO DA FLAUTA DOCE E DO CANTO CORAL**, o autor **Jovenildo da Cruz Lima**, busca analisar nesta pesquisa a prática de inclusão de pessoas acima dos 60 anos por meio da musicalização com flauta doce, bem como o canto coral, buscando identificar possibilidades para a inclusão do idoso no âmbito da educação musical. No artigo **NA CALADA DA NOITE? SILÊNCIO**, a autora **Priscila Loureiro Reis**, discute a essência da música em sua unidade com o ser e o silêncio, apontando para uma musicalidade que desvela o ser e em tal desvelamento faz desencadear realidade, estabelecer sentido e constituir memória. No artigo **NARRATIVIDADE E RANDOMIZAÇÃO DA PAISAGEM SONORA EM JOGOS ELETRÔNICOS**, os autores **Fernando Emboaba de Camargo e José Eduardo Fornari Novo Junior**, propõem-se uma solução parcial para esse problema com base na fragmentação de longos trechos de ambiente sonoros associados à narrativa e uma posterior randomização temporal do conjunto de fragmentos sonoros. No artigo **NEGOCIANDO DISTÂNCIAS NAS AULAS DE MÚSICA: REFLETINDO SOBRE ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL MEYER**, a autora **Helen Silveira Jardim de Oliveira** busca compartilhar

algumas reflexões de nossa tese de doutorado defendida no ano de 2014 cujo título foi: Ensinar e aprender música: negociando distâncias entre os argumentos de alunos, professores e instituições de ensino. **No artigo NOVA TRANSCRIÇÃO DE “NOITE DE LUA” DE DILERMANDO REIS PARA VIOLÃO SOLO FUNDINDO A PARTE DOS DOIS VIOLÕES COM BASE NA GRAVAÇÃO ORIGINAL**, o autor Breno Raphael de Andrade Pereira sugere a execução da peça Noite de Lua de modo mais fiel ao áudio original. Essa nossa transcrição diferencia-se das demais pela semelhança com a gravação deixada pelo compositor, contrastando com os demais arranjos disponíveis no grave desvio com relação à *forma*, baixos e ritmo. **O artigo O CICLO DA APRENDIZAGEM CRIATIVA NA AULA DE PIANO EM GRUPO**, o autor José Leandro Silva Martins Rocha, Discute os resultados de uma pesquisa de mestrado (ROCHA, 2015), que teve por objetivo investigar a aprendizagem criativa na aula de piano em grupo, por meio de uma pesquisa-ação com alunos do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No artigo **O DISCURSO MUSICAL DO SÉCULO XVIII: ACEPÇÕES DE GOSTO NA OBRA DE FRANCESCO GEMINIANI (1687-1762)**, o autor Marcus Vinícius Sant’Anna Held Neves discorrer sobre diversas emulações retóricas almejadas por Geminiani (1687-1762) em sua obra tratadística, sobretudo nas *Regras para tocar com verdadeiro gosto* (c.1748), *Tratado sobre o bom gosto na arte da música* (1749) e *A arte de tocar violino* (1751).

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PRINCESA ISABEL: GÊNERO E PODER NO IMPÉRIO E MÚSICA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Karla Cristina Vicentini de Araujo	
Carina Dantas de Oliveira	
Viviane Oliveira Augusto	
Gabriella Rossetti Ferreira	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.0531905021	
CAPÍTULO 2	10
EXPERIMENTALISMO E MÚSICA CONCRETA NO JAPÃO PÓS-GUERRA: <i>RELIEF STATIQUE</i> (1955) E <i>VOCALISM AI</i> (1956) DE TORU TAKEMITSU	
Luiz Fernando Valente Roveran	
DOI 10.22533/at.ed.0531905022	
CAPÍTULO 3	18
FAARTES VIRTUAL: UM MODELO DE AMBIENTE VIRTUAL PARA O ENSINO DE ARTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	
Jackson Colares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0531905023	
CAPÍTULO 4	34
<i>FEEDBACK</i> EM MUSICOTERAPIA GRUPAL	
Marcus Vinícius Alves Galvão	
Claudia Regina de Oliveira Zanini	
DOI 10.22533/at.ed.0531905024	
CAPÍTULO 5	47
GOETHE E A EDUCAÇÃO: PRINCÍPIOS FORMAÇÃO A PARTIR DA OBRA OS ANOS DE APRENDIZADO DE WILHELM MEISTER	
Márcio Luís Marangon	
DOI 10.22533/at.ed.0531905025	
CAPÍTULO 6	60
GUITARRA BAIANA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO INSTRUMENTAL	
Alexandre Siles Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.0531905026	
CAPÍTULO 7	76
IDEIAS DE H. J. KOELLREUTTER PARA EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL E SUA POSIÇÃO QUANTO AO PAPEL DA ESCUTA	
Patrícia Lakchmi Leite Mertzig Gonçalves de Oliveira	
André Luiz Correia Gonçalves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0531905027	

CAPÍTULO 8	85
INTERATIVIDADE E MÚSICA NO VIDEOGAME: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS TÉCNICAS DE COMPOSIÇÃO PARA ÁUDIO DINÂMICO EMPREGADAS NA TRILHA MUSICAL DE <i>JOURNEY</i> (2012)	
Luiz Fernando Valente Roveran	
DOI 10.22533/at.ed.0531905028	
CAPÍTULO 9	95
JORNADA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO MUSICAL: REFLETINDO SOBRE AS APRENDIZAGENS GERADAS NA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	
Natália Búrigo Severino	
Mariana Barbosa Ament	
DOI 10.22533/at.ed.0531905029	
CAPÍTULO 10	102
LUIZ BONFÁ: UMA BREVE TRAJETÓRIA, PARCERIAS E APONTAMENTOS DO ESTILO	
Tiago de Souza Mayer	
DOI 10.22533/at.ed.05319050210	
CAPÍTULO 11	111
MIGRANTES EM BOA VISTA: SUBJETIVIDADE DA MUSICALIDADE GAÚCHA PRESENTE NAS MANIFESTAÇÕES JUNINAS BOAVISTENSE	
Marcos Vinícius Ferreira da Silva	
Leila Adriana Baptaglin	
DOI 10.22533/at.ed.05319050211	
CAPÍTULO 12	121
MÚSICA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: EM FOCO AS RELAÇÕES COM O MEIO	
Silvia Cordeiro Nassif	
DOI 10.22533/at.ed.05319050212	
CAPÍTULO 13	130
MUSICALIZAÇÃO NA MATURIDADE: INCLUSÃO DE IDOSOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO MUSICAL POR MEIO DA FLAUTA DOCE E DO CANTO CORAL	
Jovenildo da Cruz Lima	
DOI 10.22533/at.ed.05319050213	
CAPÍTULO 14	135
NA CALADA DA NOITE? SILÊNCIO	
Priscila Loureiro Reis	
DOI 10.22533/at.ed.05319050214	
CAPÍTULO 15	152
NEGOCIANDO DISTÂNCIAS NAS AULAS DE MÚSICA: REFLETINDO SOBRE ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL MEYER	
Helen Silveira Jardim de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.05319050215	
CAPÍTULO 16	160
NOVA TRANSCRIÇÃO DE “NOITE DE LUA” DE DILERMANDO REIS PARA VIOLÃO SOLO FUNDINDO A PARTE DOS DOIS VIOLÕES COM BASE NA GRAVAÇÃO ORIGINAL	
Breno Raphael de Andrade Pereira	

DOI 10.22533/at.ed.05319050216

CAPÍTULO 17 175

O CICLO DA APRENDIZAGEM CRIATIVA NA AULA DE PIANO EM GRUPO

[José Leandro Silva Martins Rocha](#)

DOI 10.22533/at.ed.05319050217

CAPÍTULO 18 189

O DISCURSO MUSICAL DO SÉCULO XVIII: ACEPÇÕES DE GOSTO NA OBRA DE FRANCESCO GEMINIANI (1687-1762)

[Marcus Vinícius Sant'Anna Held Neves](#)

DOI 10.22533/at.ed.05319050218

CAPÍTULO 19 205

O ENSINO DE SAMBA-REGGAE BASEADO NA TEORIA ESPIRAL DO DESENVOLVIMENTO MUSICAL DE SWANWICK E TILLMAN

[Alexandre Siles Vargas](#)

DOI 10.22533/at.ed.05319050219

SOBRE A ORGANIZADORA..... 220

PRINCESA ISABEL: GÊNERO E PODER NO IMPÉRIO E MÚSICA

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo IFSP Araraquara – SP

Karla Cristina Vicentini de Araujo

Carina Dantas de Oliveira

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP
Araraquara – SP

Viviane Oliveira Augusto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP
Araraquara – SP

Gabriella Rossetti Ferreira

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP
Araraquara – SP

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP
Araraquara – SP

RESUMO: Este trabalho tem como função, aprofundar conhecimentos sobre as relações de gênero e poder no império, verificando a vida da Princesa Isabel. Será utilizado um recorte da história do Brasil, do poder atribuído a Princesa Isabel, e questões particulares, da vida privada e conflitos de gênero vivenciados por ela. Temos como objetivo ressaltar as relações de gênero e de poder da Princesa Isabel. Concluímos

que, a Princesa Isabel, sendo filha e esposa submissa e dedicada, como era esperado das mulheres da sua época, teve coragem de lutar por seus direitos enquanto mulher e cidadã e enfrentar o preconceito ao governar um país, culturalmente patriarcal, o que possivelmente explique parte do ofuscamento sofrido ao longo da história do Brasil. Percebemos que houve grande mudança, na forma como as mulheres são vistas no poder, e da influência histórica que a Princesa Isabel possui frente a questões políticas e sociais na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Princesa Isabel; Império; História; Gênero. Musica

ABSTRACT: The purpose of this work is to deepen knowledge about gender relations and power in the empire, verifying the life of Princess Isabel. It will be used a clipping of the history of Brazil, of the power attributed to Princess Isabel, and private issues, of the private life and gender conflicts experienced by her. We aim to highlight the relations of gender and power of Princess Isabel. We conclude that Princess Isabel, being a submissive and devoted daughter and wife, as expected of the women of her day, had the courage to fight for her rights as a woman and a citizen and to face prejudice by governing a culturally patriarchal country, explain part of the glare suffered throughout the history of Brazil. We realize that there has been a great change,

in the way women are seen in power, and in the historical influence that Princess Isabel has on social and political issues today.

KEYWORDS: Princess Isabel; Empire; Story; Genre.

1 | INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Finalmente as mulheres não estão mais anônimas na história. Elas fazem parte do passado e muitas vezes no lugar do herói da história, não deixando que apenas os homens monopolizem os contextos históricos, e se colocando na situação de desprezadas e humilhadas. Embora, para chegar a essas conquistas percorreram um caminho lento, longo, cheio de luta e laborioso, sendo muitas vezes ferozmente contestadas. Mas como declara o autor ainda a muito o que fazer (BARMAN, 2005).

A maioria das abordagens do passado continua evitada de sexismo, com estudos concentrados unicamente nos políticos e no poder, antiga cidadela do privilégio masculino. Talvez essa mesma característica tenha repellido ou desestimulado o trabalho revisionista. Mesmo assim, as mulheres sempre estiveram envolvidas no processo político, se não formalmente, ao menos por trás, nos bastidores. Embora, maioria delas tenha participado em situação desvantajosa, pelos flancos, algumas poucas, graças a circunstâncias especiais, ocuparam cargos na estrutura do governo. Uma dessas mulheres privilegiada foi a princesa Isabel, herdeira do trono brasileiro durante quase quarenta anos, de 1851 a 1889 (BARMAN, 2005, p. 11).

Devemos ressaltar, a importância da princesa Isabel. Filha do Imperador D. Pedro II, a princesa exerceu a regência do Império do Brasil durante três períodos, mesmo recebendo educação formal, também, obteve os ensinamentos necessários para uma mulher da época, carregados de estereótipos, que definiam o papel de inferioridade que a mulher possuía em relação ao homem. Ela é uma das nove mulheres, que ocuparam o posto de autoridade suprema, de seus países no século XIX em todo mundo, tanto no papel de monarcas ou de regente.

As nove eram filhas de famílias reais, ou principescas, e cresceram cercadas de privilégios. Todas cresceram sendo educadas, para as funções então consideradas típicas da mulher: filha, noiva, esposa e mãe. Logo, todas desempenharam tais funções, entretanto, também foram convocadas a assumir uma função adicional, a de governar e direcionar seus países. (BARMAN, 2005).

A princesa Isabel, filha do Imperador D. Pedro II, acreditava que as orientações do papa, deveriam estar à frente dos interesses do estado ao governar o país, porém exerceu a regência do Império do Brasil durante três períodos. A causa abolicionista foi sua maior campanha em prol dos necessitados.

Normalmente D. Isabel não é lembrada ou citada pelos historiadores por ser filha de Dom Pedro II. Quando citada é por suas duas realizações: 1871, a princesa aprovou a Lei do Ventre Livre; em 1888 a princesa assinou a Lei Áurea, assegurando a extinção da escravidão no Brasil. Com este ato ficou conhecida como Redentora, título atribuído pelos abolicionistas, embora ainda hoje é considerada um ícone na cultura

popular (BARMAN, 2005).

O Imperador D. Pedro II, desde cedo se preocupava com a educação das filhas. Pois, embora, D. Pedro II tivesse tido quatro filhos: D. Afonso (1845-1847), D. Isabel Cristina (1846-1921), D. Leopoldina Teresa (1847-1871) e D. Pedro Afonso (1848-1850). Os dois filhos homens morreram prematuramente. Com isso, Isabel tornou-se a herdeira oficial do trono ao completar 14 anos. Assim, passou a ter o título de Princesa Imperial do Brasil.

Uma vez que, a ideia de Isabel poder vir a governar o Brasil, levou D. Pedro ser rígido com as filhas no que tratava-se de estudo. Bem como, a severidade dos estudos das princesas. Elas tinham aulas 6 dias por semana, quase sem recreação com a Condessa de Barral, entre outros, como até mesmo o próprio Imperador:

O currículo compreendia cerca de duas dezenas de matérias, entre as quais português e sua literatura, francês, inglês, italiano, alemão, latim (cujo professor era às vezes o próprio imperador), grego, álgebra, geometria, química, física, botânica, várias disciplinas de história, divididas por país e por época, cosmografia, desenho e pintura, piano, filosofia, geografia, economia política, retórica, zoologia, mineralogia, geologia, etc. Boa parte das aulas era dada em francês, assim como esta era a língua em que eram redigidos os horários das aulas e os boletins escolares. (FIGUEIRAS, 2004. p. 351).

Entretanto, desde sua infância a princesa vivia certa alienação com relação aos assuntos de Estado, fossem eles políticos ou administrativos. Situação que só mudou após seu casamento. Além do que, o fato que aumentava a alienação da princesa com relação as questões públicas, era que embora, ela fosse inteligente, todavia não poderia ser considerada uma intelectual. As ideias abstratas não faziam parte dos interesses da princesa. Assim sua atenção se prendia ao mundo visual (BARMAN, 2012).

[...] a educação que ela recebia, nas palavras do próprio Pedro II, “não deve diferir da que se dá aos homens, combinada com a do outro sexo, mas de modo que não sofra a primeira” Essa educação, tão grandiosa em sua extensão quanto confusa em seu conteúdo, reforçou em D. Isabel as normas que reforçavam o papel da mulher naquela época. Ela enxergava o mundo do conhecimento como território dos homens em geral e de seu pai em particular. (BARMAN, 2012, p. 20).

A personalidade de D. Pedro II é percebida, através da educação dada a Isabel e a sua irmã Leopoldina. Pois, o Imperador via enorme importância na educação universal e ampla, além de um forte teor científico. Na visão do monarca, o governante de um país, deveria estar preparado para entender os acontecimentos e desenrolar dos processos científicos, seu desenvolvimento e suas aplicações. Portanto, o monarca considerava isso de extrema importância para o processo de tomada de decisões no governo:

[...] O que mais surpreende no caso analisado aqui não é o fato de as princesas terem tido a educação que lhes foi proporcionada, mas sim o contraste entre esta e a educação da imensa maioria das mulheres brasileiras da época, mesmo aquelas de origem abastada. [...] A educação feminina em caráter mais universal e amplo só se logrou efetivamente no Brasil, a partir do final do século 19, sobretudo após

a implantação da República, com a vinda de inúmeras congregações religiosas para o país, com a finalidade específica de criar um grande número de colégios espalhados de norte a sul do imenso território. (FIGUEIRAS, 2004 p. 351).

Embora D. Isabel recebia a educação necessária, que uma futura governante necessitava, mas vivia dentro de uma bolha construída pelo seu pai, pois lhe negava vida social. D. Pedro II mantinha Isabel excluída de qualquer contato com os negócios públicos. Assim como, a vida da princesa era restrita ao palácio, mesmo quando esta estava as vésperas de completar maioridade. Entretanto, uma justificativa para a atitude do imperador, seria seu posicionamento e atitude de gênero e preservação da honra da:

[...] para a motivação de D. Pedro II, é provável que suas atitudes de gênero tenham tido um papel mais importante na modelação de sua conduta. Com a notável exceção da extensiva instrução na sala de aula, a educação que o imperador impôs às filhas era a mesma que se dava as mulheres da classe dominante desde os tempos coloniais. D. Isabel e D. Leopoldina estavam sujeitas à sua autoridade e constituíam propriedade sua. Eram mantidas reclusas porque sua integridade física simbolizava a honra da família e comprovava o poder paterno. (BARMAN, 2005, p. 75).

Entretanto o relacionamento do Imperador com a filha mais velha, que sempre foi sua preferida, era complexo. Ela o desafiava e discutiam com frequência, mas sua audácia encantava o imperador, pois, todos os demais o respeitavam e nunca lhe questionavam. Contudo ele sabia que em uma situação de confronto, ela certamente o obedeceria. (BARMAN, 2012).

Isabel não era uma moça atraente, nem bela ou sedutora, possuía estatura baixa, com rosto comum, corpo grosso, cabelos ralos e não tinha sobrancelhas, possivelmente consequência de uma doença da juventude. Os longos vestidos e chapéus elaborados que as mulheres da época usavam, tornavam a aparência da princesa ainda mais feia.

Quanto a personalidade, D. Isabel era direta e enfática. Sabia o que queria e não tinha medo de expressar suas opiniões. Como disse seu pai em 1863, “a Isabel parece que ha de ser imperiosa” – previsão que não se cumpriu, pois suas atitudes não correspondiam às suas opiniões. De natureza convencional, faltavam-lhe a determinação e a firmeza de vontade necessárias para que pudesse desconsiderar as normas sociais da época. Como por instinto, ela se dobrava às normas vigentes, permitindo de bom grado que sua vida fosse moldada por dois homens: o pai e o marido (BARMAN, 2012, p. 18-19).

Portanto em 1864, Isabel casou-se com o marido escolhido por D. Pedro II, sem questionamento algum. O imperador casou a filha, com Gastão de Orleans, o conde d’Eu. A cerimônia ocorreu seis semanas após o primeiro encontro. Mesmo Isabel não sendo bela e o marido tendo consciência disso, apaixonaram-se rapidamente e viveram bem o resto de seus dias. A personalidade de ambos eram opostas o que dava equilíbrio ao casal:

[...] O conde d’Eu era um marido tradicional, mas tratava D. Isabel com um carinho e um cuidado que não dedicava a mais ninguém. Ela, por sua vez, nunca contestou a supremacia do marido e rapidamente aprendeu a lidar com ele, que passou a

dependem do apoio e do conforto da esposa durante suas constantes crises de depressão e doenças, todas possivelmente causadas por sua dificuldade em lidar com o estresse (BARMAN, 2012, p.19).

No que diz respeito a crença e religião, D. Isabel era muito devota ao catolicismo, a religião era uma espécie de óculos pelos quais a princesa via o mundo. Assim, para ela os governantes deviam respeito e submissão ao papa. Porquanto, na maior parte do tempo, não era bem quista pelos políticos que cercavam o império. Posto que, para ela o exercício da política deveria estar interligado as questões religiosas e submissão ao papa. (DAIBERT, 2012).

Sua devoção religiosa permeava a sua postura como filha, mulher, esposa, mãe e herdeira do trono, de D. Pedro II. Sempre era vista nas igrejas em momento de devoção, cumprindo promessas, cantando no coral, e todas outras atividades religiosas. Não obstante, trágicos acontecimentos tornaram a religião o centro de sua vida. Como a perda de sua única irmã Leopoldina, e uma sequência de abortos que amarguraram os próximos seis anos de sua vida. Como também, a morte de seu primogênito ainda durante o parto. Logo sua devoção e dedicação as causas religiosas, levou a princesa ser condecorada pelo Vaticano.

Além das práticas católicas, sua rotina era comum aos padrões das mulheres de seu tempo e de seu seguimento social. Em sua casa, na Corte ou em Petrópolis, Isabel se dedicava com afinco ao cultivo de flores, tocava piano, recebia amigos e parentes, escrevia cartas. Ao lado do marido, o conde d'Eu, abria os salões de seu palácio em Laranjeiras para animados saraus e jantares (DAIBERT, 2012, p.19).

D. Isabel como uma mulher de sua época, era dedicada a família e não se via atraída pela ideia de governar o Brasil. Posto que suas funções maternas aconteceram concomitantemente as regências que assumiu, tanto que considerou as três regências que esteve a frente, mais como um favor a seu pai, do que uma preparação para seu reinado:

[...] Durante a primeira regência (1871-1872), o visconde do Rio Branco tomou as rédeas. A segunda regência (1876-1877) foi um enorme fardo, especialmente por causa do ressurgimento da Questão Religiosa e dos horrores causados pela Grande Seca no Nordeste. Foi somente durante sua terceira regência (1887-1888), já causada pela enfermidade de seu pai, que D. Isabel assumiu de fato a liderança política esperada de um chefe de Estado. A causa da abolição foi abraçada principalmente porque a escravidão parecia contrária às doutrinas da Igreja Católica (BARMAN, 2012, p.21).

A princesa sofria vários ataques da imprensa da época, que dispunha de uma visão machista. Tanto que, os ataques e críticas eram ligados a religiosidade e condição feminina da princesa em assuntos de âmbito público e governamentais. Entretanto, muitas vezes era retratada pela imprensa, como submissa ao seu marido, e que suas decisões sobre o governo do país era tomada, a partir da influência do conde e não do interesse do seu povo.

Segundo Mattos (2012, p.29) “[...] as ácidas palavras do texto enfatizam a questão da submissão feminina. Não se faz alusão clara a questões políticas, econômicas ou

sociais. O artigo busca desqualificar D. Isabel a partir de sua “frágil condição feminina”.

[...] A princesa não chegou a herdar o trono de seu pai. No exílio na França, onde permaneceu até sua morte, em 1921, Isabel dedicou-se ainda mais à caridade e a um contato mais próximo com o Vaticano. [...] Mesmo impedida de ocupar o trono, ela “reinava” a seu modo e à distância. (DAIBERT, 2012, p.25).

Na música popular e, mais especificamente, na canção popular brasileira, o sexo constituiu-se no decorrer dos anos como uma constante referência adotada em maior ou menor grau como estratégia de sedução e identificação coletiva. Modinhas de duplo sentido e lundus provocantes povoaram o repertório da nascente música urbana brasileira ainda no século XIX, constituindo uma vertente maliciosa (LEME, 2002) que sempre teve como característica negociar os limites e narrar a sexualidade e a moral de cada época. Em sua volumosa História Sexual da MPB, o jornalista Rodrigo Faour realiza um robusto inventário de canções de todos os tempos que visitaram a sexualidade, demonstrando que praticamente não há gênero, compositor ou época em que o sexo não tenha aparecido de forma bastante visível (e audível) no panorama do mercado musical brasileiro (FAOUR, 2007). Neste artigo, irei restringir o enfoque do tema ao ambiente contemporâneo do forró nordestino, gênero de grande importância midiática regional e nacional no qual os debates sobre legitimidade e valor são fortemente perpassados pela temática da sexualidade. No cenário atual do forró no Nordeste, é possível perceber uma cisão entre aqueles se identificam e frequentam o chamado “pé-de-serra” e outros que adotam sua vertente “eletrônica”

Enfim, a vitória do final da escravidão, colocou fim na sua vocação como governante. Afinal a princesa via-se agora, cumprido seu papel de governante cristã, que se identificava desde sua infância.

2 | DESCRIÇÃO DO TRABALHO DESENVOLVIDO

Este trabalho tem como função, realizar um estudo bibliográfico, com abordagem qualitativa, com cunho histórico e documental, para que seja possível aprofundar conhecimentos sobre as relações de gênero e poder no império, destacando aspectos importantes da vida da Princesa Isabel.

Será utilizado um recorte da história do Brasil, do poder atribuído a Princesa Isabel, e questões particulares, da vida privada e conflitos de gênero vivenciados por ela. Temos como objetivo ressaltar as relações de gênero e de poder da Princesa Isabel.

3 | RESULTADOS OBTIDOS

Felizmente a grande maioria das mulheres do Ocidente já não vivem a sombra dos homens, sendo marginalizadas e subjulgadas. Embora ainda haja muito a ser

feito, não podemos deixar de olhar para trás, e ver o caminho já percorrido por muitas mulheres famosas, ou anônimas que ajudaram a constituir historicamente a realidade que vivenciamos.

A Princesa Isabel recebeu uma educação formal, mas também obteve os ensinamentos necessários para uma mulher da época, carregados de estereótipos, que definiam o papel de inferioridade que a mulher possuía em relação ao homem.

A Princesa Isabel surgiu como uma heroína da abolição brasileira de personalidade muito forte, e que enfrentou diversos obstáculos relacionados as questões de gênero. A história da vida da princesa retrata muito sobre poder, política e família, frente à situações na busca de espaço e liberdade de escolha frente às questões de gênero vivenciadas.

Percebemos que as questões de gênero estão diretamente ligadas à educação que a princesa recebeu, mas que por motivos maiores ela enfrentou em busca dos seus objetivos, o que a tornou uma heroína na época.

A princesa foi a herdeira do trono por quase quarenta anos, em três ocasiões por um período de três anos e meio, governou o país durante a ausência do pai que estava no exterior, e neste período deu a luz a três filhos, possíveis herdeiros do trono (BARMAN, 2005).

É considerável a importância da princesa Isabel, pois ela é apenas uma das nove mulheres em todo o mundo que ocupou o posto de autoridade suprema de seu país no século XIX, onde todas nasceram e cresceram com privilégios em famílias reais ou principescas que foram educadas para desempenhar as funções típicas de mulher da época: ser filha, noiva, esposa e mãe. Todas além de fazer as funções típicas da época, tiveram a função de governar seus países (BARMAN, 2005).

As nove rainhas eram dotadas de poderes substanciais e tiveram uma influência considerável sobre a gestão dos negócios públicos. Esperava-se que elas desempenhassem um papel que era considerado masculino por definição, o mesmo comportamento e mesmo padrão de desempenho que seus predecessores masculinos. A vida da princesa oferece esclarecimentos para todas as governantas do século XIX, entre gênero, poder e o curso da vida. Os papéis atribuídos no século XIX as mulheres, eram regentes, cumulativos ou sequenciais, ou seja, não se desvincilavam dos papéis já existentes para assumir um novo (BARMAN, 2005).

Os conceitos de poder e gênero são complexos e fluidos. O poder ocorre quando um indivíduo ou grupo é capaz de levar alguém a fazer algo que normalmente não faria, ou quando um indivíduo ou grupo impede o outro de fazer o que deseja. O gênero é fundamental no exercício do poder, que resulta em dominação e subordinação. Ele diz respeito às divisões sociais e culturais construídas e fundamentadas no sexo anatômico, seu significado e interpretação variam conforme a cultura e o período histórico.

O termo gênero é utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, o que enfatiza o fato de

que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens. É utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, é uma forma de indicar construções culturais, referentes as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. O gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995).

O termo gênero substituiu o termo sexo frente às relações sociais entre homens e mulheres, alguns fatores influenciam o modo como cada gênero é construído e compreendido, como: classe, idade, raça, etnia e orientação sexual.

Como categoria de análise, o gênero surgiu em consequência da contestação do patriarcado promovida pela intelectualidade feminina. O trabalho dessas mulheres questionou todo o espectro das premissas normativas arrimadas no binário masculino-feminino. Pode-se argumentar que isolar o estudo do gênero da luta contínua contra o patriarcalismo é transigir e sancionar taticamente um sistema que segue explorando e subordinando as mulheres. Tal percepção nos oferece uma advertência saudável. Mesmo que não estejamos estudando um tópico em termos específicos de gênero, é sempre necessário ter consciência das relações de dominação e subordinação criadas pelo gênero. Precisamos ser sensíveis não só àquilo que o funcionamento do gênero nos revela a cerca do tópico analisado, mas também às nossas próprias suposições (BARMAN, 2005, p. 22-23).

Como categoria de análise o gênero questiona proposições estabelecidas há muito tempo e que estão profundamente entrincheiradas, referentes a organização básica da sociedade humana, as identidades, sexualidade, características comportamentais e de temperamento, inclusive ao binário masculino-feminino.

4 | CONSIDERAÇÕES/CONCLUSÕES

Concluimos que, a Princesa Isabel, sendo filha e esposa submissa e dedicada, como era esperado das mulheres da sua época, teve coragem de lutar por seus direitos enquanto mulher e cidadã e enfrentar o preconceito ao governar um país, culturalmente patriarcal, o que possivelmente explique parte do ofuscamento sofrido ao longo da história do Brasil. Apesar do período histórico estudado, a princesa enfrentou situações em busca de espaço e liberdade de escolha frente às questões de gênero vivenciadas.

Percebemos que houve grande mudança, na forma como as mulheres são vistas no poder, e da influência histórica que a Princesa Isabel possui frente a questões políticas e sociais na atualidade.

Houve muitas mudanças no comportamento das mulheres no decorrer dos anos, em busca de respeito e espaço, para ter liberdade de escolha e igualdade de direitos na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BARMAN, R. J. **As duas faces de uma princesa**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional, 80, p. 18-21. 2012.

BARMAN, R. J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, p. 350, 2005.

DAIBERT, R. J. Primeiro a Igreja. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. 80, p. 22-25. 2012.

FIGUEIRAS, C. A. L. **A química na educação da Princesa Isabel** [versão eletrônica], *Química Nova*, 27 (2), p.349-355. 2004.

FAOUR, Rodrigo. *História sexual da MPB*. Rio de Janeiro: Record, 2006

LEME, Mônica. *Que tchan é esse?* São Paulo: Annablume, 2003.

MATTOS, A. **Rainha das Manchetes**. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 80, p. 26-29. 2012

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99. 1995.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO: Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-105-3

